

leurs propres valeurs et actions. L'histoire du Portugal est, dans sa substantifique moëlle, liée à cette expansion fondamentale pour les progrès de la conscience européenne.

Progrès de la conscience européenne auxquels nous travaillons de nouveau, en tant que message d'un humanisme universalisant, barrière contre les impérialismes en lutte et médiateur des civilisations qui se heurtent ou simplement se méprennent. En ce moment le Conseil de l'Europe se pose au premier plan de ses préoccupations les objectifs culturels; l'unité dans la diversité, le respect des autres et le respect de nous par les autres, un mouvement de consciencisation qui part du local, traverse le régional, s'appuie sur le national pour aboutir à l'universel. Nos aspirations vont vers une humanité qui ne soit point homogène, mais un creuset de civilisations cheminant ensemble de façon à ce que les hommes contrôlent leur destin.

José Matoso

Dep. de História – F. C. S. H. – U. N. L.

A IDADE MÉDIA

Linhas fundamentais da estrutura e da evolução económica, social e cultural

I PARTE

Devo confessar que não vinha preparado para um ambiente tão "solene" como este: esperava um pequeno grupo de pessoas sentadas à roda de uma mesa ou pouco mais do que isto. Em todo o caso, espero que este ambiente assim um pouco mais formal não vos impeça de dialogar, nem vos impeça de me porem questões nem de entrar em diálogo com os vossos problemas.

Vim para esta reunião com uma imensa curiosidade. Gostaria de saber como é que os professores do ensino secundário conseguem desempenhar esta tarefa de ensinar História de Portugal a jovens que têm conhecimentos e preocupações muito diferentes das dos jovens do ensino superior. Nunca ensinei no ensino secundário, sempre dei aulas na Universidade. Por vezes, sinto dificuldade em apreender quais são as preocupações e qual é a formação que têm os alunos que estão diante de mim. Por vezes, tenho o pressentimento de que não consigo transpor essa distância que nos separa. Tenho, portanto, um grande interesse em entrar em diálogo convosco acerca destes problemas de comunicação com os jovens. É evidente que em questões de tipo pedagógico espero acima de tudo as vossas indicações e as vossas propostas de uma problemática do que vos interesse.

O ponto de vista em que me coloco não é pedagógico mas é acima de tudo científico. Tentei encontrar problemas que poderão ir ao encontro das vossas preocupações no ensino do programa que está estabelecido. Não sei se o consegui, mas espero que me ponham as vossas questões.

De toda a maneira, pareceu-me que a introdução do programa tinha alguns pontos que era necessário, à partida, ressaltar, principalmente os da terceira parte (sobre "como ensinar este programa") e muito particularmente, o último ponto dessa introdução, onde se diz que o "ensino da História de Portugal busca acima de tudo compreender e explicar a evolução dos problemas fulcrais das nossas gentes nesse território que cedo definiram, mas desde há muito enxamearam, e

não pode deixar de fornecer um sistema de referências cronológico-tópicas extremamente claro e preciso sendo de proscreever implacavelmente a indeterminação de datas, locais, nomes de agentes históricos”.

“A História de Portugal deve constantemente ainda, ser integrada num contexto Mundial, não dada em vaso fechado pois uma das características do povo português é precisamente galgar todas as fronteiras”.

Dadas estas indicações, queria começar por apontar muito brevemente quais são os pressupostos teóricos da minha interpretação da História de Portugal. Devo confessar com sinceridade à partida (mesmo com os riscos que isso implica), que o quadro de fundo da minha interpretação científica é de interpretação marxista. Penso que a importância dos dados materiais para a interpretação da História é fundamental e que, dentro destes dados materiais, o factor da produção é também o mais importante. Penso que as relações sociais de produção são aquelas que determinam a divisão fundamental entre os detentores dos meios de produção e os detentores da força de trabalho, e que na História Mundial, na História de todos os países, os conflitos entre as classes sociais são realmente problemas muito importantes. Isto não significa que me sinta um marxista, nem ortodoxo, nem perto disso, e penso que se corre um grande risco quando se interpretam estas linhas esquemáticas de arrumação dos problemas fundamentais de uma maneira determinista (ou mecanicista). Confesso que pessoalmente, os meus centros de interesse, as minhas preocupações, não vão muito para a determinação destes factores, e a resolução dos problemas que estas questões materiais implicam. A mim, pessoalmente, interessam-me muito mais problemas como a emergência da liberdade humana, a emergência de consciência colectiva, a evolução da capacidade poética e artística, e até mesmo dos fenómenos religiosos, a propagação das formas de cultura, as diferenças entre a mentalidade popular e a mentalidade aristocrática. O que penso é que é difícil interpretar com alguma profundidade esses fenómenos, sem ter em conta o quadro material em que eles se enraízam.

Devo confessar também a minha dívida do ponto de vista de conceitos em História Medieval a Georges Duby, e em segundo lugar a Robert Fossier. Todos vocês de certeza conhecem os livros de Georges Duby, que têm sido traduzidos em Portugal. Alguns podem tê-lo ouvido pessoalmente porque esteve entre nós há dois anos. Quanto a Robert Fossier é possível que apenas alguns o conheçam.

Postas estas indicações preliminares, pensei que poderia começar por indicar aquilo que me parecem ser as grandes linhas estruturais da História Medieval Portuguesa. Indico-as, em seguida, sem grande preocupação de lhes dar o mesmo valor e de as situar exactamente no mesmo plano. Começaria por esta indicação

de âmbito muito geral e que diria respeito a toda a Idade Média Portuguesa. Depois pegaria num problema que me parece fundamental que é a diferença entre o País Medieval, o país que teve uma relação social de produção que se pode chamar em termos marxistas “modo de produção feudal” (isto dito sempre entre aspas porque esta terminologia Marxista é por vezes muito fácil de utilizar e permite um resumo prático das questões mesmo sem aderir aos pressupostos teóricos que implica). Para abreviar, diria que existe uma parte do País que podemos dizer, tem um modo de produção feudal e uma outra parte do país que é o País dos Concelhos, que me parece ter relações sociais de produção, bastante diferentes dessa.

Começando pelas grandes linhas estruturais da História Medieval Portuguesa, enumeraria as seguintes: em 1.º lugar a diversidade da geografia humana do nosso país; em seguida, a presença dum tipo dominante de modo de produção (o modo de produção senhorial); em 3.º lugar a presença de uma organização social diferente; os “concelhos”; depois, a importância da guerra externa na economia e na sociedade medieval, até ao fim da conquista, isto é, até 1250; seguidamente, a importância das tradições políticas de direito público no exercício da função régia; em 6.º lugar, trataremos da relativa exiguidade do espaço geográfico e da precaridade dos recursos naturais; em seguida ainda, a relação dinâmica “cidade campo”; em 8.º lugar, a importância dos factores demográficos (acima de tudo das migrações) e, finalmente, o cruzamento de correntes culturais diversas.

Como vêem estes pontos não se situam todos ao mesmo nível, mas parecem-me que são todos eles característicos da nossa idade Média Portuguesa.

Desenvolvamos muito rapidamente estes nove pontos:

Em 1.º lugar a “Diversidade Geográfica”, e aqui inspiro-me muito claramente na obra de Orlando Ribeiro — “Portugal; o Mediterrâneo e o Atlântico” que é citada na bibliografia deste programa com a maior justiça, porque me parece uma obra muito importante para toda a interpretação da nossa História. Como sabem, Orlando Ribeiro divide o País em três zonas fundamentais, duas das quais se associam intimamente, o Norte Atlântico, que vai grosso modo até ao Mondego, o Norte Transmontano (podemos associar, depois, estas duas regiões Norte Atlântico — Norte Transmontano) e em 3.º lugar, o Sul que vai grosso modo do Mondego para o Sul (excluindo uma parte do sistema montanhoso central) e que engloba o Alentejo, o Ribatejo, a Beira Baixa, a Estremadura e o Algarve. Esta diversidade geográfica divide o País em duas grandes zonas: a Zona Atlântica e a Zona Mediterrânea. Do ponto de vista histórico, penso que elas se comportam muitas vezes de maneira bastante diferente e que um dos fenómenos fundamentais para explicar a Idade Média Portuguesa, está na maneira

como elas se inter-relacionaram: como o Norte dominou o Sul (do ponto de vista das forças políticas e sociais) mas por outro lado, como o sul penetrou profundamente toda a civilização material e todas as instituições e tradições populares no nosso país.

Há um 2.º factor geográfico que me parece também fundamental, que é aquele que foi posto em relevo por Jaime Cortesão: o da grande extensão do nosso Litoral. É um facto absolutamente evidente. Num país com a configuração de Portugal, o grande contacto com o mar devia ter tido uma influência profunda dos nossos destinos tanto mais que esse contacto é facilitado pela penetração transversal dos rios, que asseguram a comunicação com o planalto castelhano. Em todo o caso, não se deve esquecer (e isso foi posto em relevo por Orlando Ribeiro) que a influência marítima não é por vezes tão profunda como pensou Jaime Cortesão, que a penetração transversal dos rios, ao fim ao cabo não chega a permitir relações muito importantes entre o interior e o litoral, e que, a influência global do mar na civilização portuguesa é relativamente tardia. De resto, o mar tem um sentido ambíguo (principalmente na alta Idade Média); porque se é, por um lado aquilo que permite a comunicação, é também o sítio onde toda a comunicação é cortada, prejudicada pela pirataria, e ainda o meio desconhecido onde existem os "monstros sagrados" que inspiram terror nas populações medievais; e se, por outro lado, existe esse medo do mar (sempre este sentimento ambíguo), é também o sítio onde vão buscar grande parte da alimentação através das pescas; mas não se deve esquecer que as pescas são feitas apenas por gente que forma comunidades muitas vezes estanques, que têm pouca comunicação com os outros, tudo isto dá ao mar um sentido muito ambíguo na alta Idade Média.

O segundo ponto de que falava, pode resumir-se em definir o tipo de estrutura socio-económica dominante, pelo que no "calão" marxista se chama "modo de produção feudal". Devo confessar desde já que preferia como terminologia, uma outra que me parece mais exacta e que é utilizada recentemente por Duby "modo de produção senhorial". De facto o que é mais importante neste ponto é o poder que o senhor tem de mandar, de ordenar, de impor, de exigir novas exacções, de ter o monopólio das forças militares, o monopólio da fiscalidade, o monopólio judicial; ele exerce esses poderes dentro da imunidade ou do couto (da honra oi do couto), dentro do domínio, e isso exclui desse espaço o poder régio; o senhor utiliza esse poder senhorial para fins económicos. Fazia a distinção entre a palavra "senhorial" e "feudal" porque etimologicamente, e na Idade Média até ao Séc. XIV ou XV não há dúvida que o termo "feudal" se aplica apenas a relações entre nobres, aquelas que derivam do contrato feudo-vassálico

que se estabelece entre senhores livres, senhores da aristocracia, enquanto a relação entre o senhor e os dependentes (os camponeses, os habitantes da senhoria) não depende de nenhuma espécie de contrato, é uma relação não bilateral. E a essa só se pode com rigor chamar "senhorial" e não "feudal".

É bem conhecido que este modo de produção senhorial implica circuitos económicos restritos: em termos muito esquemáticos, a tendência para o auto-consumo — o que significa dizer que se produz (dentro da senhoria) aquilo que se consome. As relações com o exterior são muito mais restritas. Isto evidentemente é um modelo muito teórico, mas exprime de certo modo uma tendência da realidade. Não há dúvida que me parece que em Portugal, na Idade Média, este modo de produção senhorial foi o que determinou as estruturas socio-económicas dominantes de todo o País.

Em todo o caso, há uma outra zona do País — a zona dos concelhos, que têm "relações sociais de produção" diferentes. Os concelhos no nosso país situam-se no Norte transmontano (não há uma coincidência exacta com as regiões marcadas por Orlando Ribeiro, refiro-me aqui ao Norte que está para leste do Marão) a Beira Alta, toda a Beira Interior e o Sul do Mondego. A zona senhorial, pelo contrário, vai praticamente até ao Marão, até ao Litoral Atlântico e, na região que vai até Coimbra, para ocidente das serras do Vouga. Nos concelhos persiste a autonomia de comunidade. Os homens livres que constituem o concelho, têm de facto uma autonomia judicial, fiscal e militar. Existe uma hierarquização social: existem dois grupos — os homens bons ou cavaleiros vilãos e os peões. Todos eles são proprietários, mas os "homens bons" têm privilégios especiais. Existe ainda um terceiro grupo que é o dos não proprietários, que não têm praticamente estatuto legal e são representados pelos seus senhores em justiça e em tudo o que diz respeito a problemas legais. O que acontece com os concelhos é que eles tomam medidas de defesa contra os nobres. Os concelhos geralmente não permitem que os nobres habitem dentro do seu território ou, caso eles habitem no concelho, terão que se submeter às regras comuns. Não podem, como tal, exercer dentro do concelho os seus privilégios de classe.

Falava em 4.º lugar de uma outra característica da Idade Média Portuguesa: a "Reconquista" (a guerra externa). Na economia, o estado permanente de guerra tem uma importância muito grande, é ela que permite às comunidades que habitam relativamente perto da fronteira, a apropriação de bens móveis (da moeda, de metal, do artesanato, de armas, de tecidos). Isso dá às comunidades da fronteira, uma capacidade de autonomia que explica em boa parte o facto de terem podido resistir durante bastante tempo à senhorialização, e terem de facto podido impedir os nobres de habitarem dentro dos concelhos.

Do ponto de vista económico, ainda, os concelhos asseguram relações comerciais com o outro lado da fronteira. O estado de luta, o estado de guerra, não impede relações comerciais com o adversário. Por vezes existe um contrabando extremamente intenso entre os dois lados da fronteira, ou há relações comerciais normais. O que acontece, estando os dois adversários em guerra, é que essas relações entre um lado e outro da fronteira, são extremamente frutuosas do ponto de vista económico.

É claro que economicamente, a guerra também depende da utilização de meios de transportes que permitem viagens longas, o que significa que o gado cavalar é, nestas regiões, extremamente importante. O valor do cavalo é bem conhecido na Idade Média: toda a luta depende, em grande parte, da possibilidade de transporte rápido a cavalo, o que leva a que em termos sociais, se constitua nos concelhos uma aristocracia senhorial vilã (não existem nobres, os nobres são excluídos), a classe dominante é, por isso, constituída pela cavalaria vilã.

Este estado de guerra externa determina que haja diferenças importantes entre retaguarda (que é a zona senhorial) e fronteira (que é a zona dos concelhos), mas determina, também por outro lado, que exista um grande dinamismo nas transferências de grupos sociais. Enquanto que na Europa central, as diferenças entre a nobreza e a vilania são muito estancas (é muito difícil a passagem do homem livre para a nobreza, e até nem se pode dizer que haja uma verdadeira liberdade fora da nobreza) na Península Ibérica, e no nosso país também, a transferência do cavaleiro vilão para a nobreza é relativamente fácil, sobretudo durante um determinado período que vai desde os meados do Sec. XII até ao princípio do Séc. XIII.

Falava ainda de uma outra característica da Idade Média que é a persistência das noções de direito público no nosso país. Esta é uma questão que tem também grandes implicações e algumas dificuldades do ponto de vista histórico. Como se sabe o sistema feudal implica uma fragmentação do poder público, uma fragmentação do estado. É a característica corrente em toda a Idade Média. Mas sabe-se também que nos países do Mediterrâneo, as tradições do direito romano e a noção de direito público, foram um pouco mais persistentes, sobretudo no centro e norte de Itália, por ventura mesmo no sul de França e também na Península Ibérica; simplesmente na Península Ibérica aquela zona que estava em contacto com a civilização romana era a que foi ocupada pelo Muçulmanos e o que acontece é que as noções de direito público são transmitidas através dos Moçárabes que estavam sob o domínio dos Muçulmanos.

Em Portugal, segundo parece (é uma questão muito pouco estudada), permanecem algumas dessas noções herdadas já da civilização romana, nas transmi-

tidas através dos Moçárabes que mantiveram certos conceitos de direito público; se nos lembrarmos que o primeiro rei de Portugal se fixa em Coimbra a partir de 1131 e, portanto, abandona a zona de tradições asturianas e leonesas, onde dominava a nobreza, onde havia a fragmentação do poder régio, para se fixar numa zona de tradições Moçárabes, compreendem que isso o situa num meio onde as tradições de direito público são importantes. Assim uma das características fundamentais da Idade Média portuguesa, é a íntima relação do rei com os concelhos. É o facto do rei ser o chefe das actividades militares, que são conduzidas pela população dos concelhos. É o facto do rei estar em relação com ordens religiosas que nós chamaremos "modernas" (que não têm tradições como os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, que têm um tipo de vida religiosa que dá lugar importante a actividades económicas de produção, como sejam os Cistercenses). É ainda a relação do rei com as cidades. Tudo isto quer dizer que o rei se situa muito mais do lado dos concelhos que do lado da nobreza senhorial, apesar de depender em grande parte dessa nobreza senhorial. Não há dúvida, por outro lado, que também procura rapidamente recuperar a autoridade sobre os concelhos levando a partir do fim do Séc. XIII a diminuir a autonomia dos concelhos em matéria judicial, fiscal e militar.

Falava ainda de uma outra característica que me parece importante e que é a "Exiguidade do Espaço". De facto, Portugal não é um País extenso, embora tenha grande diversidade de paisagens e de recursos naturais muito diferentes. Essa grande diferença de recursos permite em primeiro lugar a complementaridade. Temos, por exemplo, uma região como o Entre-Douro-e-Minho. Uma região húmida com produção abundante de vinho e suficiente de cereais e de todos os produtos hortícolas, que permite alimentar uma população densa, população sempre em crescimento, sempre com excedentes populacionais. Temos também as zonas das pastagens da Serra da Estrela e do interior, a zona dos cereais do Ribatejo. Isto permite que estas regiões se completem umas às outras, mas tudo se passa dentro de um espaço restrito onde há talvez suficiente para viver, mas onde não se pode criar um país forte. Ao fim e ao cabo os cereais nunca foram muito abundantes, nunca permitiram uma produção suficiente para a exportação, e às vezes mal chegavam para o consumo; os gados, a pecuária, nunca permitiram uma produção suficiente de lã, por isso não foi possível criar uma indústria nacional como existia na Flandres ou na Inglaterra. Não existiam metais preciosos. Havia muito pouco ferro; tinha por isso que se importar as armas. E assim sucessivamente.

Quando Portugal começa a entrar dentro do mercado internacional, a única coisa que tem para oferecer em troca é o sal (já numa época relativamente tardia

nos Séculos XIV e XV), e uma planta que é necessária para tingir as lãs, a "Grã". Depois, no Séc. XV é o açúcar. Pode também exportar o peixe, mas pouco mais tem para dar em troca dos tecidos caros que importa da Flandres ou da Inglaterra, ou mesmo, por vezes, para pagar os cereais que precisa de comprar. Por tudo isto, Portugal é um país com poucos recursos mas é também, por outro lado, um país com hábitos muito enraizados de viver sobretudo do comércio e dos lucros que se podem obter por transferências de bens.

Recordo que, quando falei da importância da guerra externa, acentuei as consequências económicas dessa actividade: as armas, a moeda, os cavalos, tudo isso era obtido pela pilhagem. Esta situação de guerra externa permitia um comércio extremamente lucrativo e o hábito de viver deste tipo de riqueza, manteve-se muito profundamente entre nós, o que levou, muitas vezes, a desprezar a criação de actividades verdadeiramente produtivas. É por isso que provoca deslocamentos migratórios muito grandes — o Norte que tem uma população abundante está constantemente a extravazar para o Sul e essas transferências populacionais permitem, durante a Reconquista, a ocupação do solo conquistado aos muçulmanos e, depois levarão (no Séc. XV) aos descobrimentos, à guerra Ultramarina, etc..

Falava ainda da "relação cidade-campo". Como sabem, o factor da cidade tem uma importância muito grande na modificação do sistema económico e social medieval; é a cidade que rompe o sistema de auto-consumo característico do modo de produção senhorial, porque a cidade cria factores que desequilibram o sistema de auto-consumo: introduz a moeda, que permite trocas com o exterior; produz produtos de artesanato; activa a economia de troca; desenvolve os transportes e a comunicação — e tudo isso rompe o sistema de auto-consumo. Este panorama que todos conhecem, tem aspectos um pouco diferentes na Península, porque as cidades muçulmanas desenvolveram sempre uma grande actividade económica, social e produtiva; tiveram sempre uma grande disponibilidade de moeda e grandes recursos de ouro e de prata, um artesanato próspero e estavam inseridas dentro de um vasto sistema de trocas que se orientava para o Mediterrâneo. Em Portugal havia cidades que estavam em relação com todo esse sistema de trocas, que estavam inseridas numa economia moderna, mas eram tributárias de uma orientação para o Mediterrâneo; e não possuíam vínculos regulares com o Norte da Europa. Mas por outro lado, não podemos esquecer o papel de Santiago de Compostela (na Galiza), que era um centro onde chegavam constantemente os peregrinos de toda a Europa e que introduziam nesse lugar, uma fonte de expansão monetária. A partir de Santiago de Compostela, os arcebispos de Santiago e todo os mosteiros de Santiago, têm disponibilidades monetárias

que se podem comparar com as cidades muçulmanas (embora dentro de um sistema completamente diferente), e isso permite uma expansão monetária que invade todo o Noroeste da península. Portugal vê-se assim situado entre dois pólos de expansão monetária: Santiago de Compostela e as cidades do sul. O que acontece é que quando as cidades do sul são conquistadas por D. Afonso Henriques, Lisboa e Santarém principalmente, mas também Évora (que está ligada às cidades muçulmanas) e finalmente as cidades do Algarve, essas cidades ficavam cortadas do sistema em que estavam inseridas; toda a organização artesanal é de certo modo subvertida e tem de haver uma conversão de todas as actividades económicas no momento da Reconquista. É uma questão que está muito mal estudada. Sabemos muito pouco do que se passou nesse momento de mutação, mas não há dúvida que tais cidades, principalmente Lisboa e Santarém, mantiveram uma grande importância e atraíram uma grande quantidade de população. Lisboa foi de facto uma das maiores cidades da Península. No Séc. XVI é muito maior que qualquer outra cidade da Península com uma população superior à de Sevilha.

Apesar disto, tenho a impressão (vaga, imprecisa, porque não tenho estudado muito os problemas urbanos) de que nos locais vocacionados para uma actividade produtiva, em virtude das referidas tradições, dos hábitos inveterados de aproveitar os lucros do comércio, as cidades não se tornam facilmente em grandes centros produtores. Lisboa torna-se, sem dúvida, o grande nó de comunicação do Mediterrâneo com o Atlântico. Mas os lucros que lhe vêm parecem ser durante muito tempo, sobretudo os lucros do comércio, mais do que os dos da produção artesanal.

Falemos ainda dos "factores demográficos". Já me referi a eles de passagem quando indiquei Entre-Douro-e-Minho como um local com excessos demográficos constantes. Isso verifica-se já na alta Idade Média, nos Séculos XI e XII. O Entre-Douro-e-Minho tem uma população extremamente densa. Lembrem-se que é a zona que coincide com o que chamei de área do "modo de produção senhorial". A estrutura senhorial faz que as relações económicas se mantenham estáticas: as unidades de exploração são transmitidas unilinearmente (dos pais para um filho único) e isso leva, em princípio a excluir, os filhos segundos da sucessão nas unidades de exploração, que é ao Norte "o casal". Este sistema favorece a emigração dos filhos segundos ou, pelo menos de uma grande parte deles. Segundo parece, poucos casais são divididos em meios casais ou em quartos de casal, ou seja em unidades de exploração de dimensões inferiores.

Em Portugal, as cidades são um centro que atrai gente; Lisboa desempenha essa função de uma maneira extremamente clara. Verifica-se que, por exemplo,

entre 1147 e 1200, se fundam à volta de 20 igrejas paroquiais em Lisboa; isso significa que houve um enorme afluxo de população a Lisboa. A concentração populacional deve provavelmente manter-se, apesar da grande sangria do Séc. XIV (a da Peste Negra); de facto, se compararmos o âmbito das muralhas de Lisboa (as muralhas muçulmanas) com as que foram construídas por D. Fernando (em 1371), verifica-se que a cidade aumentou mais de oito vezes. Dá a impressão que a Peste Negra mal afectou a cidade.

Na realidade, as cidades foram os centros onde morreu mais gente; a população das cidades foi mesmo aquela que sofreu com as pestes do Séc. XIV. Mas foi rapidamente substituída pela população vinda dos campos, o que provocou subversões enormes do ponto de vista demográfico. Dá assim, a impressão que Portugal é um país de frequentes movimentos migratórios durante a Reconquista, o movimento do Norte para Sul depois, a população é atraída pelas cidades; mais tarde, em virtude da falta de recursos, a expansão Norte-Africana e para as Ilhas.

Falava por último do "cruzamento de correntes culturais"; Portugal é uma zona de fronteira não apenas militar (entre cristãos e muçulmanos), mas entre duas civilizações: a cristã e a muçulmana. É também um contacto de oposição e de transferência, entre tudo o que vem do Norte, do Atlântico, da Europa e de tudo o que vem do Mediterrâneo. A luta entre duas civilizações, não pode esconder a osmose que se dá entre elas. Esta, dá-se numa fronteira que oscila, que tem as suas transferências geográficas, e que vai trazendo para o espaço português, uma população que vivia sob uma civilização diferente. Por outro lado, o país está situado na periferia dos grandes centros produtores da civilização ocidental, como que na ressaca dos movimentos que têm o seu centro no Norte da Europa, em Paris, na Inglaterra, na Flandres, ou no Norte de Itália. Todo o dinamismo civilizacional que parte desses centros, chega até nós já com menos força e, ainda por cima, entra aqui em concorrência com os movimentos partidos de uma civilização diferente.

Como vêem, aquilo que exprimo de uma maneira nebulosa e vaga, dá em todo o caso uma impressão que penso correcta: o nosso país é uma encruzilhada de civilizações — isso manifesta-se, inclusivé, na civilização material dos nossos dias, por exemplo, nas técnicas agrícolas.

Sabem que existe entre nós um arado de origem nórdica trazido pelos germanos (alguns especialistas pensam que é suevo). Existem duas maneiras de armazenar os cereais — os espigueiros do Norte e as covas de trigo no Sul; há duas maneiras de os descascar — a malha e o trilho; e assim sucessivamente. Isto mostra que este contacto entre duas civilizações, foi constante e profundo; estamos de facto numa fronteira, e isso foi entre nós coisa de peculiar desde a Idade Média.

QUESTÕES LEVANTADAS

— Sr. Doutor, vai desenvolver este esquema que apresentou na segunda parte desta exposição?

— Na segunda parte, iria desenvolver um dos problemas que expus: a diferença fundamental que existe entre o "País senhorial" e o "País concelhio". Iria também tratar das estruturas dos concelhos, e mostrar quais são as transferências que existem entre esses dois sistemas.

Gostaria de saber se as questões que apresentei aqui, são de alguma utilidade para o vosso papel de professores, ou se desejariam que se tratasse de questões diferentes. Na segunda parte poderíamos eventualmente tratar de mais alguns problemas, além daqueles que previ.

— Penso que é importante para mim, as diferenças entre a "zona senhorial" e a "zona dos concelhos". Mas gostaria de ver desenvolvido também o que diz respeito ao papel das ordens religiosas no País, principalmente no Sul.

— Creio mais fácil tratar disso na segunda parte. Se quiserem pôr alguma questão, que diga respeito ao que disse anteriormente, penso que é esta a ocasião. As outras, depois, poder-se-ão fazer a seguir à minha exposição.

— Sr. Doutor, penso que a sua intervenção dá uma tônica sobre o estudo da Idade Média, coloca-a em termos de dualidade (ela é encontrada a vários níveis de abordagem). Penso que essa dualidade implica uma certa dinâmica e põe também em andamento o processo. Mas a pergunta era esta: essa dualidade que se encontra na tônica da Idade Média, é uma dualidade portuguesa, peninsular e, tem uma marca diferente de outras dualidades que podemos encontrar em regiões da Europa Central. Em que termos?

— Penso que a dualidade de que falei é típica da História portuguesa; pode encontrar-se qualquer coisa de semelhante na História leonesa-castelhana, mas já é diferente, por exemplo, na de Aragão e da Catalunha; é acima de tudo diferente de outra dinâmica mais forte que se encontra na Inglaterra, na Alemanha ou na Flandres, onde a dualidade mais flagrante é que opõe a cidade ao campo. E em segundo lugar, a que opõe o rei aos poderes feudais.

De qualquer modo, não queria erigir este esquema num esquema universal muito longe disso. Por outro lado, a dualidade que referi é apenas o ponto de partida de um processo bastante complexo, processo esse que tentaria resumir muito rapidamente, na segunda parte.

Quanto às diferenças fundamentais que existirem entre o nosso caso e o caso Leonês e Castelhana, penso que poderemos abordá-las também na segunda parte.

Exprimi a diferença entre o "País senhorial" e o "País dos concelhos", em termos de relações sociais de produção, isto é, a maneira como os diversos grupos sociais se relacionam com as estruturas económicas de produção parece-me serem diferentes numa zona e na outra. Para podermos compreender estas diferenças, começaremos por definir o que é "senhoria", veremos depois o que são os concelhos e, em seguida a interferência que há entre estas duas formações sociais.

Não há dúvida que nas senhorias, os meios de produção estão nas mãos dos senhores (a terra, os instrumentos de produção, os homens, os trabalhadores). O que me parece fundamental para definir a senhoria, é a natureza do poder dos senhores. Este não é apenas determinado pelo conceito de posse, de propriedade sobre as coisas e as pessoas; mas acima de tudo, pela capacidade de mandar, o que na historiografia francesa se chama o "ban" (em latim "banus"). É uma capacidade de mandar derivada simultaneamente da apropriação do poder público e do poder privado. Na prática coloca nas mãos dos senhores (dentro da zona senhorial), o poder militar, o poder judicial, o poder fiscal, e o que se poderá chamar o poder legislativo. De um modo aproximativo, os costumes das comunidades rurais, são definidos e estão sujeitos ao poder do senhor.

Não queria, com esta explicação muito esquemática, inserir-me dentro das exposições que normalmente fazem os autores marxistas sobre o modo de produção feudal. Penso que existe uma correcção aos pontos de vista dos marxistas clássicos, a partir de conceitos de antropologia social. Penso que as diferenças resultam talvez menos da luta de classes, do que da formação típica das comunidades primitivas. A senhoria não é apenas um espaço onde existe uma luta entre os trabalhadores explorados e o senhor que explora, é também uma célula de convivência e de complementaridade.

Nas comunidades primitivas, existem muitos mecanismos destinados a despoletar as tensões sociais, a evitar as acumulações excessivas, a distribuir os poderes e os bens, a dividir as funções, a equilibrar a produção, a guerra e a festa. Esta organização primitiva (que é um dos pontos de partida da formação social e económica da senhoria), modifica-se essencialmente por dois factores: a predomi-

nância das actividades guerreiras (que colocam os poderes militares nas mãos dos senhores) e a intervenção da economia monetária (que tem o seu centro nas cidades). Não esquecendo esta correcção que as sugestões da antropologia política podem trazer ao modelo marxista vamos explicar mais detalhadamente como o modelo funciona, na sua forma típica.

Os dependentes pagam ao senhor prestações de origem militar (em Portugal chama-se "fossadeira"). Tendo-se o senhor apropriado das funções públicas dentro da senhoria, é ele que cobra a fossadeira, e que dirige todas as actividades militares.

Os poderes judiciais são da competência do poder público, mas, na senhoria o pagamento da "voz e coima" é a prestação característica da capacidade de ser julgado. Quanto à fiscalidade, há um imposto de origem pública (que se mantém na Beira) que é a "jugada". No Entre-Douro-e-Minho, desaparecem praticamente, todos os impostos de origem privada, e esses são extremamente numerosos. Nos países de além Pirinéus, um desses impostos é a "corveia" (a prestação em trabalho). Em Portugal, as corveias são muitas vezes exigidas apenas aos que eram de origem servil (o que significa que este imposto é mais de origem domínial que de origem senhorial, isto é, deve-se pelo facto de os exploradores cultivarem uma terra que era primitivamente do senhor), enquanto que há outros impostos que derivam do poder do senhor. Por exemplo, a colheita, a cirádiga, a lagarádiga, as ossas, as gaiosas, as balugas, etc.. Em muitos lugares as exações senhoriais são extremamente numerosas. Tudo isto resulta da apropriação dos poderes públicos por parte do senhor. Mas, as prestações senhoriais não resultam apenas disso, mas também da exploração da terra, isto é de propriedades que pertencem basicamente ao senhor. Denominamo-las **rendas domínias**. Estas consistem na renda de uma parte da produção de cereais e de vinho e nos produtos pagos pelo uso da casa e do quintal (em Portugal chamam-se as **miunças**).

Esta exposição geral, que resumi em extremo, tem em Portugal, algumas características especiais. Uma delas parece-me ser a exiguidade da reserva senhorial. Aquela parte do domínio que o senhor explora e administra directamente (a reserva) é em Portugal muito reduzida, o que torna desnecessárias as prestações em trabalho. Daí resulta, que as corveias sejam bastante exíguas entre nós. O senhor exige-as mais para acompanhar os transportes de mercadorias entre diversos pontos da senhoria, ou para a reparação do castelo e dos caminhos, etc.; em compensação, o trabalho na reserva senhorial é em Portugal muito restrito. As corveias que eu conheço no Norte do país e até ao Séc. XIII, são exigidas, creio eu, apenas aos descendentes de antigos servos. Creio haver poucos impostos em virtude do poder de "bano". Em segundo lugar, existem alguns vestígios da

fiscalidade pública, mesmo no Norte. Estas prestações são pagas pelos "herdeiros" nas terras do rei; o que significa que mesmo nas zonas senhoriais, continuam a existir os "alódios", isto é, propriedades de homens livres. O que sucede, é que eles se mantêm durante mais tempo nas terras do rei e desaparecem mais rapidamente, creio eu, nas dos senhores.

Quanto aos concelhos, o que os caracteriza é serem umas comunidades rurais, com organização autónoma. Os meios de produção estão nas mãos dos homens livres (não nas mãos dos nobres). Os terratenentes podem ser grandes, médios ou pequenos proprietários. Os pequenos proprietários chamam-se "peões" e definem-se por contraposição com os cavaleiros. Aqui já encontramos uma característica dos concelhos portugueses, que é a predominância das actividades militares. Os proprietários podem possuir servos ou colonos, que são os seus dependentes. Não, porém, os peões que não têm capacidade para possuir servos ou colonos e cultivam as suas terras, apenas com a capacidade de trabalho da própria família, só os cavaleiros é que dispõem de dependentes que podem ser assalariados. Os assalariados que encontramos mais frequentemente no meio rural, são chamados "moços" (os jovens que ainda não casaram e que colocam a sua força de trabalho à disposição do senhor) ou, então "criados" (que são educados e passam a sua juventude em casa de um senhor. Estes tanto podem ser de origem inferior, como membros da família, primos, sobrinhos, etc.). Na prática é muitas vezes difícil distinguir quais são os desníveis sociais que existem entre o grande proprietário e aqueles que ele utiliza para explorar a terra.

Além de os meios de produção estarem nas mãos de homens livres (não privilegiados) a diferença fundamental em relação às senhorias, é que eles não têm poder senhorial. Mesmo constituindo-se uma "aristocracia rural", que se baseia na predominância material e social nas actividades militares, eles não têm o poder de "banus" (não podem exercer um poder militar, fiscal nem judicial). Não têm os mesmos privilégios que o senhor possui na senhoria. Nos concelhos, esses poderes, militar, fiscal ou judicial, são exercidos colectivamente. Existe uma milícia concelhia, há funcionários fiscais eleitos ou designados, pelo concelho ou pelos magistrados, os juízes são também eleitos pelos homens livres e o poder deliberativo está nas mãos do concelho (isto é, da assembleia dos homens livres) que se reúne para tomar as decisões que dizem respeito à comunidade.

Em segundo lugar, dentro das zonas concelhias existem muitas vezes mecanismos baseados na estrutura de parentesco que evitam a acumulação de bens.

O que digo assim, em termos muito condensados significa o seguinte:

A comunidade rural tenta evitar por um sistema de parentesco próprio, que uma família determinada, acumule bens que lhe dêem poderes muito superiores

aos dos outros homens livres. O sistema utilizado associa-se frequentemente ao que os antropólogos chamam "circulação das mulheres", o que significa que dentro de um grupo de três famílias, "A" dá uma filha em casamento à família "B", a família "B" dá uma filha em casamento à família "C" e a família "C" dá uma filha em casamento à família "A". Este sistema, que não é uma endogamia, leva a que cada filha seja portadora de um dote associado a outras precauções, cria uma circulação de bens, que evita a acumulação excessiva nas mãos de uma determinada família.

Por outro lado, há um sistema de parentesco bilinear (todos os bens são transferidos tanto pela linha masculina como pela linha feminina) e isso permite também, uma circulação de bens e, com o mesmo resultado de evitar uma acumulação excessiva. Em princípio, os concelhos organizam-se de tal maneira que não se constituam poderes demasiados dentro da comunidade.

Isto não quer dizer ausência de hierarquia social. Esta existe e, é imposta pela riqueza (porque há grandes proprietários e pequenos proprietários), pelas funções militares e pela capacidade de exercer magistraturas. Dir-se-ia que se dá uma circulação de bens por níveis: entre os cavaleiros vilãos e entre os peões. Os cavaleiros vilãos têm privilégios próprios: são eles que podem exercer as magistraturas no concelho, que pagam menos impostos que os peões que têm normalmente maiores propriedades. Existe um sistema que tenta evitar a decadência social dos diversos níveis. Os cavaleiros vilãos, têm privilégios judiciais, constituem uma oligarquia dentro do concelho.

Uma outra característica, que distingue os concelhos da zona senhorial, é que eles recusam aos nobres a capacidade de exercerem os seus privilégios senhoriais dentro do concelho. Os nobres não podem habitar no concelho, ou então, se o quiserem fazer, têm de renunciar ao exercício dos seus privilégios. Podem tornar-se vizinhos: há muitos que vão viver nas cidades e nos concelhos, mas, nesse caso, não podem exercer os seus privilégios.

O rei torna-se o senhor natural dos concelhos. Em primeiro lugar, é ele que garante a legitimidade da organização concelhia. Garante-a, concedendo cartas de foral. Sanciona-a com a sua autoridade, exigindo o respeito pelos costumes e pela autonomia dos concelhos. O rei, por meio das cartas de foral, reparte com a comunidade concelhia, os poderes públicos; designa um representante, que é normalmente o alcaide (um chefe militar) e que tem a função de controlar a cobrança daqueles impostos, que são reservados ao rei; recebe, principalmente, um imposto muito importante e que é a "5.ª parte dos despojos de guerra" (reservada sempre ao rei). Isto faz com que ele tenda a considerar os concelhos, como a sua zona própria, numa época em que não existe propriamente Estado, e

em que os poderes régios são concebidos como poderes senhoriais. É como se o rei possuísse uma grande senhoria e ela tivesse várias células autónomas, que são os concelhos. Tende a administrá-la da mesma maneira, que os senhores administram as suas próprias senhorias, com todas as variantes que são impostas pela própria natureza do poder régio.

Há uma distinção importante entre os concelhos urbanos e concelhos rurais. Nos concelhos urbanos, há maior hierarquia social, maior complexidade dos órgãos do poder, maior divisão no trabalho, maior importância das actividades comerciais. Nos concelhos rurais, pelo contrário, pode até não haver hierarquia social (pode não haver cavaleiros vilãos, serem todos peões) os órgãos do poder serem reduzidos ao mínimo, haver apenas trabalho rural quase não existirem actividades comerciais.

Sabemos que em Portugal há cartas de foral que são comunicadas de grandes cidades a pequenas comunidades rurais. A carta de foral de Lisboa, por exemplo, está concebida para um grande centro urbano e foi aplicada a várias localidades mais (isto põe problemas que ainda não foram muito bem explicados por historiadores medievais). De qualquer maneira não significa que a diferença fundamental entre concelhos "urbanos" e concelhos "rurais" não se mantenha. Sabemos que os senhores também concedem cartas de foral, por exemplo, a ordens militares. Concedem, por exemplo, a carta de foral de Évora a centros que dependem de si próprios. Temos aqui neste caso, uma interferência entre senhorias e concelhos.

Existe uma zona senhorial que se situa fundamentalmente no Entre-Douro-e-Minho, a Ocidente do rio Corgo e do Marão, e a Sul do Douro, a Ocidente das montanhas do Vouga, mas a zona concelhia situa-se no Norte Transmontano, nas Beiras, no Alto Douro e a Sul do Mondego. Este é o ponto de partida. É a situação que se verifica no fim do Séc. XI e durante a primeira metade do Séc. XII, até à conquista de Lisboa (1147). Depois, há um processo de senhorialização.

Em primeiro lugar, uma senhorialização nobre, que no Séc. XII leva à constituição de senhorias de cavaleiros (mesmo de cavaleiros estrangeiros: asturianos, franceses, moçárabes) na zona do Mondego, na que era nesse momento, a zona de grandes lutas, a zona de fronteira. É assim que se constituem senhorias em Góis, em Pombeiro da Beira, em Tábua, em Gouveia, etc.. Existem também progressos das senhorias nobres para Leste, na Beira Alta, em Ceia, em Gouveia, etc..

No Séc. XIII constituem-se senhorias nobres na Beira Baixa, no Alto Alentejo e no Baixo Alentejo. Há um personagem que é muito conhecido neste processo, que é D. João de Aboim, mordomo-mor de Afonso III. Estabelece uma senhoria em Portel e tem grandes propriedades no Ribatejo. Outro personagem perfeita-

mente paralelo é Estevão Anes, chanceler de Afonso III e que cria uma senhoria importante em Alvito.

Há também um processo de senhorialização eclesiástica. No Séc. XII e XIII, constituem-se na Estremadura e na Beira, senhorias que são concedidas expressamente pelo rei aos cónegos regrantes de Santa Cruz e aos monges de Alcobaça, mas que, favorecem também as dioceses de Lisboa ou o Mosteiro de S. Vicente de Fora.

Em terceiro lugar, há um processo de senhorialização conduzido pelas Ordens Militares. Os Templários fundam senhorias importantes em Pombal, em todo o Vale do Zêzere, em Tomar e mais tarde na Beira Baixa. Depois, a Ordem de Santiago cria senhorias importantes em toda a Península de Setúbal, e a seguir em todo o Alentejo Ocidental e Meridional. As Ordens Militares retalham também grandes domínios em Trás-os-Montes na Beira Interior, etc..

Pelo contrário, aquele processo de municipalização de que falou Gama Barros, e a que ele atribuía a difusão das liberdades municipais, o desaparecimento da servidão e de outras características feudais, esse parece-me que é extremamente reduzido. Há concelhos que se constituem na fronteira Transmontana, na zona do Corgo, na zona do Marão e de Trás-os-Montes. Existem também concelhos isolados, Entre-Douro-e-Minho, mas penso que, a proliferação desses concelhos é extremamente reduzida. Em Entre-Douro-e-Minho, continua a ser o sistema senhorial aquele que domina, sem grandes interferências dos municípios. Certos municípios, como por exemplo em Guimarães, em Ponte de Lima, etc., têm, creio eu, pouca influência dentro de toda essa região. Só na zona de fronteira, sobretudo na fronteira Galega, é que há um certo progresso dos concelhos. A função militar desses concelhos é muito importante durante as guerras entre Portugal e Leão; nesta zona o rei quer ter concelhos que possam assegurar defesa contra invasões do lado da Galiza. Na zona leonesa, sempre existiram concelhos, e esses mantêm-se com apoio expresso do rei e desempenham a mesma função de defesa contra invasões do lado Leonês.

Todo este problema da diferença entre concelhos e senhorias é totalmente influenciado pela evolução da fronteira. A noção de fronteira é importante (foi desenvolvida pelos historiadores norte americanos, que fizeram depender certas características da História dos Estados Unidos da evolução da fronteira Far-West. De facto, esta imagem dos cowboys do Far-West, deve estar presente quando tentamos imaginar o que se passa nos concelhos portugueses do Séc. XII. Os concelhos atraem criminosos e marginais, dão a liberdade aos servos que fogem do Norte: formam comunidades extremamente rudes e violentas, com regras de direito penal muito rigorosas, que prevêm a pena de morte com grande facilidade,

reconhecem expressamente o direito à vingança privada e que atribuem uma grande importância económica à pilhagem e às relações comerciais entre os dois lados da fronteira. Devido a isto, organizam expedições sazonais sobretudo na época de Verão para se abastecerem em cavalos, armas, tecidos, etc. (que depois trocam e vendem). Esta situação leva a que o habitat seja concentrado: normalmente, as comunidades são aldeias que não se dispersam pelos campos: são raras, creio eu, os centros de exploração do tipo de casais como sucede no Entre-Douro-e-Minho. Este facto, impõe também que uma das explorações principais seja a pecuária e explica que nestas zonas, se encontre um certo nomadismo e a transumância do gado.

A fronteira, porém não pode ter uma profundidade muito grande. Se imaginarmos a zona da Serra de Estrela como fronteira entre 1064 (data da conquista de Coimbra) e 1147 (data de conquista de Lisboa), essa zona permanece como tal dentro deste período. A partir da conquista de Lisboa transfere-se para o Tejo, o que implica uma conversão de toda a fisionomia dos concelhos no século seguinte. Os concelhos que viviam acima de tudo de actividades militares que se concentravam nas aldeias, tiveram de se transformar quando a fronteira se deslocou para Sul. De facto, a fronteira portuguesa não progride lenta e continuamente, mas sim em grandes golpes. Mantém-se durante período de cerca de um século na zona da Serra da Estrela, depois na zona do Tejo durante o Séc. XII até 1217 (data da conquista de Alcácer), e em seguida engloba todo o Alentejo que é conquistado em relativamente poucos anos.

Este processo de transformações provocadas pela deslocação da fronteira na vida das comunidades rurais, nos concelhos, não está de facto estudado. Será um tema muito aliciante, para as investigações que porventura se fizerem neste domínio. Em todo o caso, há zonas que se mantêm como zonas de fronteira (aquelas que estão em contacto com Leão tanto na Galiza como na zona do Ribatejo e na Beira Baixa. É claro que aí o tipo de luta com o inimigo é diferente, mas mantêm-se as actividades militares como muito importantes. É isso que explica, que nos forais concedidos nas zonas do rio Minho e de Ribatejo, se continuam a exigir as prestações militares, ainda depois da reconquista, isto é, depois de 1250). Outro factor se não deve esquecer é que, enquanto que as actividades militares entre 1064 e 1147 partem dos concelhos desde a tomada de Lisboa, a reconquista é feita, sobretudo, pelas ordens miliares. Isto significa que a importância da cavalaria vilã é muito grande até meados do Séc. XII, mas vai diminuindo progressivamente durante todo o Séc. XIII. Esta mutação da guerra externa, que cessa praticamente para as comunidades do interior, tem relação com a proliferação da guerra interna, das lutas senhoriais ou das lutas

armadas entre concelhos. Encontram-se muitas lutas de bandos de nobres (ou bandos de concelhos) na Beira, durante o reinado de Afonso III e de D. Dinis, mas o que prolifera são as guerras civis.

Já durante o reinado de D. Dinis existe a guerra civil entre D. Dinis e o Infante D. Afonso seu irmão; mais tarde, entre 1219 e 1223, a guerra entre D. Dinis e o seu filho, o futuro D. Afonso IV; depois, durante o reinado de D. Afonso IV, há outras guerras civis, inclusivé com o Infante D. Pedro. Por outro lado, multiplicam-se também as guerras de fronteira com Leão e Castela. Essas prolongam-se ainda durante o reinado de D. Fernando. Enquanto que a guerra senhoria baseava na cavalaria tem uma importância muito grande até meados do Séc. XIII, a partir dessa altura começam a ter maior importância os "besteiros" e os "mercenários" (os vilões). A guerra deixa portanto de depender principalmente da nobreza e da cavalaria.

Penso que esta exposição não seguiu uma linha muito lógica, mas espero que o nosso diálogo permita resolver alguns pontos que talvez não tivesse explicado suficientemente.

Foi-me posta ainda há pouco uma questão a que não respondi claramente, que era a da constituição de senhorias no Sul. O que me parece, e que ela não destrói completamente a dualidade de que falei ao princípio. As senhorias do Sul, das ordens militares, as monásticas (de Alcobaça ou de Santa Cruz) parecem-me ser diferentes das senhorias do Norte. Com efeito, todas estas ordens (tanto de Alcobaça, como as Ordens Militares), concedem elas próprias cartas de foral e reconhecem aos concelhos que existem dentro do seu território uma certa autonomia. O problema está em verificar como se dá o encontro entre o sistema concelhio, nas zonas das Ordens Militares e das Ordens Monásticas. Este problema não está estudado, mas por algumas sondagens que fiz, parece-me que, em primeiro lugar as Ordens Militares e principalmente em Alcobaça mantêm um controle importante sobre todas as actividades económicas e as nomeações de magistrados nos concelhos que dependem deles. É curioso verificar, por exemplo, que as Ordens Militares concedem muito mais facilmente, uma carta de foral que depende do modelo de Évora, enquanto que os concelhos do rei, aplicam normalmente a carta de foral de Lisboa. A razão (não tenho a certeza, mas é uma hipótese, cuja exactidão, merecia a pena verificar) é porque o foral de Évora não prevê que os magistrados sejam eleitos, o que significa que o senhor continua com a faculdade de nomear os magistrados. Penso que é isso que se dá normalmente: os magistrados ou são eleitos ou são confirmados pelo senhor dentro das senhorias da organização municipal.

Falei muito pouco das cidades e penso que a questão é importante. De facto, o que me preocupava aqui eram as estruturas. Existe um outro aspecto estrutural de que falei muito pouco e que diz respeito à Baixa Idade Média (a época que começa grosso modo em 1250) e permite que as transformações que dependem do desenvolvimento da economia urbana se propaguem também aos meios rurais.

Tinha previsto que haveria possibilidade de tratar dessa questão, mas não há tempo. Temos de reservar essa parte para os aspectos culturais. Em todo o caso, o desenvolvimento urbano em Portugal, é bastante tardio, pela razão que aponte há pouco ao referir-me às características fundamentais da História Medieval Portuguesa. No nosso país o desenvolvimento e a economia urbanas dependem essencialmente do comércio e muito pouco de actividades produtivas, isto é, da criação de indústrias e de bens que se possam exportar. As cidades são, portanto em Portugal, zonas criadas mais pela intensidade da circulação monetária do que da criação de manufacturas. Além disso, a influência da economia de trocas por meios rurais é superficial ou tardia.

Só queria acrescentar um outro factor que também explica a fragilidade das forças económicas do nosso País — a relativa pobreza dos comerciantes, a não constituição de grandes potentados económicos, que me parece depender, num grau que neste momento é difícil avaliar, perante as investigações feitas, das crises demográficas do Séc. XIV.

De facto, se estudarmos a documentação da segunda metade do Séc. XIV (entre 1352 e 1383), verifica-se grande carência de mão de obra rural, um aumento de salários rurais, a afluência às cidades de mão de obra especializada, uma grande quantidade de marginais, perseguidos pela legislação régia e pelos concelhos (que tentam obrigar a mão de obra rural a permanecer estável e a não abandonar os campos; tentam também obrigar todos os vadios a trabalhar). A "Lei das Sesmarias", é muito conhecida nesse ponto, mas não está isolada. Há reclamações de cortes anteriores e uma legislação já anterior que tenta fixar a mão de obra.

Há, por conseguinte, o abandono dos campos, o que torna difícil o desenvolvimento de uma burguesia rural suficientemente forte. Esse conjunto de factos cria um ambiente de luta de classes, que é uma realidade inofismável e que transparece na crónica de D. Fernando e na crónica de D. João I.

Por outro lado, embora haja uma senhorialização progressiva, um fenómeno curioso entre nós, é a não constituição de grandes senhorios. Não chegou a formar-se nenhuma casa senhorial que se possa comparar, por exemplo, com as dos Laras, dos Castros, ou dos Haros (em Espanha). As lutas que se dão entre nós, acabam por dar sempre vitória ao rei e este impede a formação de grandes senhorias. Na época de D. Fernando, há uma tentativa para se criar um grupo de

grandes senhores: os Cunhas e os Teles, que tentam apoiar-se em D. Leonor; mas isso provoca uma divisão no próprio seio da nobreza. Já na época de D. Dinis, durante as lutas contra o futuro infante dá a impressão que quem apoia o Infante, é um importante grupo da nobreza. O rei, por seu lado, apoia-se principalmente nos concelhos, mas tem também do seu lado alguma nobreza.

Existem constantemente lutas entre facções da Nobreza. Nunca há uma família que se imponha e constitua um poder forte. Mesmo as tentativas que no Séc. XIII alguns nobres fazem, de se apoiar numa economia de produção (que é o que se verifica com D. João de Aboim, mordomo-mor de Afonso III), também não dá lugar à constituição de grandes casas, por um fenómeno simplesmente biológico: D. João de Aboim tem apenas descendentes numa geração. Os bens são transferidos para outras famílias e não se forma nenhuma família que possa herdar todo o potentado económico que ele constituiu. Estevão Anes, o chanceler de D. Afonso III, também não teve filhos, e os bens passaram para a Ordem de S. S. Trindade. Esses esboços de tentativa de a nobreza se apoiar numa economia de produção, geram-se durante todo o Séc. XIII e XIV, esbatem-se depois em todos esses conflitos impedindo a formação de grandes poderes senhoriais.

Dá a impressão que no Séc. XIV, o poder económico importante, e que pode competir com o rei, é o de alguns mercadores, dos poderosos das vilas que a "arraia miúda" combate quando tenta invadir os castelos em Estremoz, em Elvas, etc.. Mas, depois, a constituição de uma nova nobreza, a pequena nobreza mercantil, alarga-se enormemente. Há uma grande proliferação de pequenos nobres, com um poder económico reduzido, até ao reinado de D. Afonso V.

II PARTE

No passado, na História, na realidade, os aspectos culturais nunca são completamente separados dos outros. Existem sempre interferências muito grandes entre os diversos níveis históricos. Penso que se justifica, portanto, acabar de expor a matéria prevista no programa, e em seguida fazer uma discussão que incida, eventualmente, sobre todos os níveis.

A opção que tomei, ao tratar dos aspectos culturais, foi tentar definir em primeiro lugar, as grandes linhas características da cultura medieval portuguesa e, depois tratar de um problema específico, que aqui não é tão vasto como aquele de que falei na sessão da manhã, mas que servirá de exemplo capaz de demonstrar aquelas mesmas características que tentei definir à partida.

Penso que a cultura medieval portuguesa tem características próprias, conforme os seus centros produtores e, os centros produtores da cultura, por sua vez, estão relacionados com os meios sociais ou ideológicos de que dependem.

Na Idade Média, não existe massificação, como se encontra na época contemporânea e moderna; tudo é extremamente compartimentado. Não podemos, portanto, perder de vista essa característica, sob pena de não compreendermos aquilo que se passa. As coisas tornam-se perfeitamente evidentes, ao distinguir os centros produtores.

Penso que é um lugar comum afirmar, que a cultura clerical na Idade Média, é muito diferente da cultura aristocrática e da cultura popular. Todavia, a maior parte das vezes, esquecemos estas divisões fundamentais. Queria acima de tudo insistir nas características próprias de cada um destes meios — isto é da cultura clerical, da cultura aristocrática e da cultura popular, — para mostrar as diferenças que existem entre elas e em seguida examinar as suas contaminações mútuas.

Falei em três meios: o meio clerical, o meio aristocrático e o meio popular. Queria acrescentar um quarto que me parece dever juntar a estes porque se desenvolve à margem deles. Nasce da necessidade simultânea de apoiar tecnicamente a centralização régia, que não está relacionada directamente com nenhuma categoria social, e de apoiar também tecnicamente a economia. Refiro-me ao meio dos letrados ou dos intelectuais. Enumerados esses campos, vamos tentar definir as características próprias de cada um deles e as grandes fases da evolução da cultura Medieval.

1. Em primeiro lugar a "cultura clerical", aquela que é mais facilmente abordável porque deixou maior número de escritos, aquela cuja produção tem sido mais vezes estudada pelos compêndios e obras de divulgação, e à qual muitas vezes se reduz a cultura Medieval, esquecendo que os clérigos constituíam uma minoria dentro da sociedade medieval e que o tipo de cultura que eles produziam e que lhes interessava, se destinava a eles próprios e só raramente ao resto dos homens.

Começemos por distinguir ainda, dentro do meio clerical, dois tipos de centros produtores: os Mosteiros e as Escolas Catedrais. Associemos ao segundo tipo as Universidades (que sucedem às Escolas Catedrais), as Ordens Mendicantes (os Franciscanos, os Dominicanos, os Trinitários, os Agostinhos) e as outras Ordens que nascem no princípio do Séc. XIII e que fazem o seu apostolado nas cidades. Em termos grosseiros, mas que convém referir porque ajudam a situar os problemas no espaço e no tempo, podemos dizer que, no nosso país até 1250 se encontra uma predominância clara da cultura monástica. A partir de meados do

Séc. XIII — verifica-se a predominância da cultura das Escolas Catedrais, das Universidades e dos Mendicantes.

Não podemos esquecer que a cultura monástica tem uma função muito clara e muito concreta: apoiar o culto litúrgico, isto é, apoiar a oração colectiva, a oração rezada ou cantada, e permitir por outro lado, a contemplação dos mistérios divinos. A cultura monástica inspira-se no comentário alegórico da Bíblia.

Existe um livro que é a Bíblia; os outros livros são acessórios. Destinam-se a permitir a compreensão das palavras divinas contidas nesse livro único e, que permite uma quantidade de leituras. É o que os autores da Idade Média chamam leitura espiritual, e que dividem, por sua vez em alegórica, tropológica e anagógica, o que significa que não existe só o sentido evidente (o literal), mas também uma série de sentidos escondidos que os monges tentam descobrir e penetrar. O processo de compreensão desses diversos sentidos que estão contidos na palavra sagrada (na Bíblia) é o processo de interpretação simbólica e alegórica.

Os autores da Idade Média consideravam que uma leitura literal da Bíblia é uma leitura materialista, que não esgota todas as potencialidades dessa mensagem que os monges desejam penetrar. Consideram primária e simplista, de interesse secundário, essa compreensão literal. O que lhes interessa são os mistérios que estão escondidos. Para penetrar fazem compreensões entre a palavra da Bíblia, a Natureza e a História. Porque (dizem os monges), Deus não se exprime apenas através da Bíblia da "carta que escreve aos homens" (é uma expressão muito corrente); Deus exprime-se através da natureza e esta, exprime à sua maneira os mistérios divinos. Assim, encontram-se símbolos no espaço, nos animais, nas pedras preciosas. Toda a natureza é um espelho, uma forma de apresentar os mistérios divinos e todo o esforço do monge consistirá em traduzir esses sinais que, à primeira vista, não revelam o seu sentido.

Além de tentarem penetrar os mistérios divinos que estão por detrás da palavra de Deus e da natureza, os monges têm determinados centros de interesse. Procuram também descobrir a emergência do "sagrado" na vida quotidiana. As pestes, os terramotos, os grandes cataclismos, os milagres (realizados por intermédio das relíquias dos santos), os actos heróicos que os santos praticam, tudo isso faz com que o opaco da vida quotidiana se rompa e se entrevejam todas as maravilhas que estão por detrás.

Sendo assim, aquilo que se produz mais frequentemente nos centros da cultura monástica são as vidas dos santos e as dos anais. As vidas dos santos, que permitem saber como um determinado indivíduo, instrumento de Deus realiza a sua missão na vida quotidiana. Entre nós há dois escritos muito característicos desta produção: A vida de S. Rosendo e a Vida de Santa Senhorinha. Os anais

também permitem ver, nas lutas entre os reis, igualmente, a emergência do sagrado.

A cultura das Escolas Catedrais, é muito diferente. Acentuarei mais os contrastes do que as semelhanças. Estas escolas situam-se nas cidades; elas não se constituem em função do culto divino, mas da reflexão teológica e da pregação. Os problemas de reflexão racional sobre a palavra divina da comunicação, do que Deus quer dos homens, de uma comunicação tal que possa atingir o comportamento dos fiéis, são mais importantes nas Escolas Catedrais do que nos Mosteiros. Esta cultura das Escolas inspira-se não só na Bíblia (que é o grande livro das escolas monásticas) mas também nos Padres da Igreja (Santo Agostinho, S. Jerónimo, S. Gregório) e em todos aqueles que fizeram já os comentários à palavra divina, que já explicaram como é que os homens se deviam comportar e porquê e que, por outro lado, explicavam tudo isso em termos lógicos de raciocínio.

Como sabem, é nas escolas das catedrais que se desenvolve a dialéctica, que ressurgem todos os processos intelectuais herdados das escolas latinas e gregas, que se desenvolve o pensamento discursivo, racional e objectivo. Uma das grandes mutações da Idade Média, está na emergência deste processo de abordagem do pensamento e da realidade. Já se vê que os centros de interesse, não são tanto a emergência do sagrado na vida quotidiana, mas a moral, a controvérsia, e acima de tudo, a conciliação das contradições. Porque em todos esses comentários que foram produzidos na Igreja, na Cristandade, existem numerosas contradições. Santo Agostinho não dizia o mesmo que S. Gregório e S. Jerónimo também não diz o mesmo que S. Cesário. Os papas não dizem sempre o mesmo nas suas decretais, os concílios também dão regras contraditórias. Quando os compiladores do Séc. XI reúnem todos esses textos, não podem esconder tais contradições. Preocupam-se então em conciliá-las. É o grande esforço de Pedro Lombardo que faz o seu comentário das sentenças teológicas na Universidade de Paris e, também o de Graciano, o monge camaldulo, que reúne todos os textos canónicos para tentar resolver as regras contraditórias da vida da Igreja. Ambos tentam encontrar uma regra de conduta única e coerente.

A produção típica destes centros é de Sermões, Vidas de Santos (enquanto eles são exemplares), para orientarem o comportamento dos fiéis, dos homens). São também Crónicas e ainda Comentários de Direito Canónico.

Os centros que encontramos entre nós são os dos Cónegos Regrantes (de Santa Cruz de Coimbra, de S. Vicente de Fora) dos Mendicantes e, em particular dos Dominicanos de Coimbra e do Clero secular. Nas Escolas Catedrais aparecem bispos que se formaram em Direito Canónico (em Bolonha) e que ao voltarem a

Portugal tentaram difundir e aplicar todas as regras canónicas que aprenderam nas Universidades estrangeiras. Entre nós, há grandes comentadores do direito canónico (Vicente de Hispano, Godinho, Arcebispo de Braga, que são justamente protagonistas das lutas entre os reis e o clero. Na realidade, nas lutas entre os reis e o clero, durante a primeira metade do Séc. XIII (que Herculano expôs com muito dramatismo) o que está em jogo é principalmente a oposição entre duas concepções diferentes da justiça régia e dos privilégios de foro, que os clérigos querem aplicar.

Em Portugal, encontra-se qualquer coisa de específico (que não se encontra no centro da Europa) e se desenvolve nas cidades em torno das Escolas catedrais. Deriva do contacto muçulmano. Nas cidades, principalmente em Coimbra e Lisboa, fazem traduções do árabe e, os Cónego-Regrantes interessam-se muito por obras de astronomia, de astrologia e de medicina.

É característico, por exemplo, que alguns dos portugueses que têm uma personalidade de projecção europeia, se notabilizem neste tipo de conhecimentos. O papa João XXI é um médico; as obras que se copiaram constantemente durante toda a segunda parte da Idade Média (desde meados do Séc. XIII até ao fim da Idade Média) as obras de Pedro Hispano, são obras de medicina; isto deriva de uma tradição própria dos nossos meios.

Não se pode esquecer que, no caso português, as escolas dos Regrantes tiveram uma influência muito grande da cultura monástica. O tipo de obras que eles copiam, que lhes interessa, deve imenso à cultura monástica.

As diferenças que tento estabelecer para caracterizar melhor cada um dos centros produtores, na realidade esbatem-se.

No Séc. XIV, este meio das Escolas (tanto monásticas como das catedrais), começa a sofrer a influência de correntes muito diferentes, inclusivé de correntes míticas, populares, de simbologia derivada de contos populares, de exemplos que se inspiram em histórias onde intervêm poderes sobrenaturais ou ocultos. É nesse momento que se encontram romances hagiográficos em Alcobaca (A Vida de Túndalo; A Vida de S. Brandão, o Boosco Deleitoso, etc.), onde toda essa problemática simbólica, que deriva de mitos ancestrais, aparece com uma rede de fundo de preocupações que penetram na produção, tanto monástica como das cidades. Além disso, interessa outro tipo de escritos que aparecem no Séc. XIV, nos meios clericais e com uma influência muito vasta: as enciclopédias.

Estas que aparecem têm uma forte conotação de preocupações catequéticas: tentam ensinar aos fiéis as regras de comportamento moral e também todos os problemas da natureza. Um dos mais correntes frequentemente copiado é o Lucidário da Alain de Lille.

2. Até aqui falei da cultura clerical. Passando agora aos meios aristocráticos, encontramos preocupações completamente diferentes; também aqui podemos distinguir duas correntes sucessivas (de novo faço caracterizações esquemáticas para acentuar as diferenças fundamentais).

As duas correntes que dominam a cultura aristocrática durante a Idade Média são a corrente épica e a corrente cortesã. A corrente épica é a mais antiga; brota em função da luta contra os muçulmanos, procura a exaltação dos antepassados, é portadora das tradições familiares de que os antepassados foram heróis. É uma cultura que tenta propagar os valores próprios da nobreza e uma concepção de honra. Esta não coincide com o conceito que hoje temos de honra. É um conjunto de valores vasto e complexo. Não diz respeito apenas à palavra dada, ao comportamento moral correcto; é também algo que suscita a admiração das pessoas, que manifesta a magnanimidade daquele que a pratica, que consiste em assumir um determinado comportamento com o rei, em executar os combates de uma certa maneira, em distribuir as riquezas, etc.. Tudo isso constitui esse grande valor que é a honra e que é cultivado com todo o empenhamento pela nobreza.

Os temas de inspiração são a guerra, a caça, as relações feudais, o problema da fidelidade ou da traição, a vingança privada, tudo o que permite verificar como num determinado momento se defendeu ou se traiçou a honra.

A forma que assumem estas produções, é muitas vezes poética, os seus autores são os jograis, que se exprimem oralmente em narrativas ou cantares. Entre nós existia certamente uma produção deste tipo, inspirada particularmente na épica castelhana (aquela que veio dar o poema de Mio Cid, do Cerco de Zamora, ou dos Infantes de Lara) mas que é nacionalizada. É isso que vem a dar a Gesta de D. Afonso Henriques (que foi ressuscitada há pouco tempo pelo Prof. António José Saraiva) e levou também à produção de outras gestas, hoje praticamente desaparecidas, mas das quais ainda se encontram vestígios, tais como por exemplo, a de Egas Moniz, que está presente na Crónica da 1419 e ainda outra menos conhecida a de Goeiro Mendes da Maia.

Nesta produção épica há ainda dois polos muito diferentes: o da nobreza senhorial do Norte, que tem apoio nos mosteiros patrocinados por esses nobres e o dos cavaleiros que constituem o séquito de D. Afonso Henriques. Estes são os cavaleiros da fronteira, recrutados em meios muito diferentes dos da aristocracia do Norte. Alguns são cavaleiros vilãos, outros são moçárabes outros ainda são francos (ou descendentes de francos), asturianos, etc.. É gente deslocada dos seus pontos de origem, aventureira, ousada. São também os filhos segundos da nobreza senhorial, rejeitados pelas estruturas linhagísticas, aqueles que não

herdam e procuram a subsistência alistando-se nas tropas do rei ou constituindo as suas próprias senhorias na fronteira. Os cavaleiros que constituem o séquito de D. Afonso Henriques, têm como principais centros de apoio clerical, o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, o de S. Vicente de Fora em Lisboa.

A cultura cortesã, tem uma produção muito diferente desta. Nasce em função de um código de comportamento próprio da corte, o qual determina como o cavaleiro há-de agir e falar nas suas relações com a dama, como há-de submeter-se às regras da fidelidade ao rei ou ao senhor, sem perder a honra. É uma literatura que exalta o cavaleiro andante, generoso na protecção dos órfãos e das viúvas. Pressupõe também um certo tipo de divertimentos do género dos praticados pelos bandos de camaradas de armas dos jovens que não casaram, que fazem de proezas sexuais e militares os pontos de honra, o seu divertimento característico. É preciso ter isso em conta ao ler as "cantigas de escárnio", que fazem da crítica social, do conflito entre as personalidades no seio da corte, os seus temas preferidos. A forma que esta literatura assume, é por vezes lírica (nas cantigas de amigo e nas cantigas de amor), mas também satírica nas cantigas de escárnio, ou então a do romance de ficção, traduzido dos romances que se procedem das cortes francesa ou normanda.

Na cultura cortesã que se exprime em português há dois polos: a corte castelhana de Afonso X, o Sábio, onde aparecem muitos galego-portugueses que produzem cantigas de amigo ou de escárnio, e a corte portuguesa de Afonso III e de D. Dinis.

3. Vejamos ainda o terceiro meio que enunciei e que é o da "cultura popular". É o mais difícil de estudar porque os vestígios escritos são extremamente fragmentários. Tem de se recorrer muitas vezes a tradições populares que foram recolhidas apenas na época moderna ou contemporânea. A crítica que permite datar esses vestígios está ainda nos seus começos e é de aplicação extremamente difícil.

Podemos distinguir duas tendências principais: a primeira situa-se no campo e a segunda na cidade. No campo, o que preocupa os meios populares é o domínio das forças da natureza, das forças da fecundidade e de reprodução, da morte e da vida, das relações sexuais e do parentesco, inspira-se em mitos ancestrais que vêm desde a antiguidade mais longínqua, em rituais de origem pagã, e isso explica que aí predomine o tema do interdito, da proibição. Paradoxalmente tece muito das suas produções em torno da infracção do interdito. Por exemplo, o tema do incesto que significa, justamente a infracção do interdito. Por vezes, o infractor é um herói que sofre as consequências da infracção e, que é herói justamente por isso. A forma que se utiliza mais frequentemente nos meios campesinos, é o

conto popular (que nas histórias da cultura europeia foi estudado por autores russos e mais recentemente pela escola escandinava). Foram estes autores que descobriram a relação entre "conto popular" e "mitos ancestrais" e, revelaram um mundo cultural muito diferente dos que mencionei até aqui.

Esta cultura popular não se exprime apenas em palavras, mas também em gestos e acções colectivas, por exemplo, na festa popular, na representação ritual nas romarias.

Quanto à cultura popular urbana, o que parece preocupar mais os homens nas cidades são os problemas do ganho ou da perda de bens, do engano ou da astúcia, o ridículo, as relações sexuais ou conjugais. Não se inspira em mitos ancestrais, mas em fábulas, contos de animais, façanhas, personagens típicas. Assume também a forma de contos populares, mas de um género diferente do que falei a propósito dos meios rurais e, ainda como fábulas e como teatro.

Há formas híbridas da cultura popular que não são exclusivas dos meios campestres ou dos urbanos. As quadras, os provérbios, o carnaval, a "serra da velha", o "charivari", (aquelas poesias ou quac ras, satíricas, que um grupo de jovens canta à porta de um determinado indivíduo e o põem a ridículo que significa a censura do meio social em que ele vive). Estas formas híbridas aparecem também nos cortejos, procissões, etc..

4. Falava finalmente dos intelectuais, do grupo dos funcionários que asseguram as funções que dependem da instrução, do saber ler e escrever, do saber os problemas jurídicos e da aplicação de tudo isso à vida quotidiana, aos conflitos, à administração ao sucesso dos negócios, às relações com comunidades distantes, etc.. É um meio muito mais fluído do que aqueles de que falei até aqui. Tem a sua maior concentração no grupo dos funcionários, juristas e notários. Pode-se identificar também com o grupo de servidores das ideologias (já explicarei o que quero dizer com isto) mas encontra-se também em certos marginais. O mais homogêneo é certamente este dos funcionários. O que os preocupa é a execução da administração fiscal e da justiça, a propagação da prova escrita, a sistematização de conceitos jurídicos, de práticas e de princípios operacionais.

O modo de resolver os conflitos habituais, por questões de justiça (de direitos sobre as coisas ou as pessoas), inspira-se, como se sabe, no Direito Romano e no Direito Canónico. Aperfeiçoa a interpretação do material fornecido pelo Direito Canónico e Romano por meio da dialéctica aprendida nas Universidades; essa dialéctica que permitiu Graciano conciliar as contradições entre os canônes. A

forma habitual é, como sabem a dos escritos jurídicos, Comentários às leis, aos cónegos, aos compêndios, etc..

O grupo chamado "o grupo dos servidores da ideologia" é constituído pelos que tentam explicar a ordem estabelecida por meio de escritos de vária natureza; escritos que normalmente exaltam a autoridade, que tentam conceber a sociedade de determinada maneira (como por exemplo, a sociedade dividida em três "ordens" ou "estados") e que tentam explicar como essas três "ordens" ou "estados" englobam toda a sociedade e devem ser estáticas permanentes. Tentam inculcar na sociedade a convicção de que é fundamental respeitar a ordem estabelecida, portanto, que cada um dos membros das diversas ordens desempenhe a função que está prevista para ela e, chamam a atenção para os riscos que correm os que infringem as regras estabelecidas.

As obras que resultam deste tipo cultural são os "Regimentos dos Príncipes", dos quais existem entre nós vários exemplos, principiam no fim da Idade Média. É o género que D. Duarte também vai cultivar. É também as "Histórias dos Feitos dos Reis". Com efeito, incluo nesta divisão, as crónicas produzidas na corte porque penso que, mais do que perpetuar a memória de feitos heróicos, o que elas pretendem, é mostrar a função do rei na sociedade. Os centros produtores deste tipo de obras são, portanto, a Corte Régia e os seus satélites. Por isso encontramos feitos inspirados neste tipo de preocupações produzidas em Santa Cruz de Coimbra, que durante certo tempo exerceu a função de apoiar intelectualmente a centralização régia, já desde o tempo de D. Afonso Henriques.

Finalmente, os marginais da cultura que são mais conhecidos fora de Portugal, os Goliardos, mas que também nos deixaram os seus escritos, às vezes em pequenos fragmentos (que se encontram, por exemplo nos manuscritos de Alcobaca). Uma produção que assume frequentemente a forma poética (os seus textos mais conhecidos são as poesias do tipo da "carmina Burana"). Contestam as regras estabelecidas acerca das relações sexuais, da utilização e da função dos prazeres na vida, ridicularizam a pregação monástica ou clerical, chegam mesmo a exprimir cepticismo para com as regras estabelecidas pelas autoridades, a própria legitimidade da hierarquia civil e eclesiástica, e até para com o dogma difundido pela Igreja.

Queria dar agora um exemplo concreto que penso poder explicar sem grandes complicações (se for necessário podê-lo-emos discutir tal como sucede com tudo o que disse até agora) e que mostra as interferências entre as diversas zonas culturais.

Trata-se da “Tradição Cultural acerca de D. Afonso Henriques”, o fundador da nossa nacionalidade. A personalidade deste herói fundador, começa desde muito cedo a inspirar poemas, anais, gestas e toda a espécie de escritos. Em redor deste protagonista principal, começam a aparecer heróis satélites. Temos em primeiro lugar, como escrito muito característico desta tradição a “Gesta de D. Afonso Henriques” que foi ressuscitada pelo Prof. José Saraiva, no livro “A Épica Medieval ou Portuguesa”. O seu tema é a transmissão da herança deixada pelo Conde D. Henrique, a luta com D. Teresa, sua mãe, a maldição que foi infligida por ela, o episódio do “Bispo Negro”, o conflito de natureza clerical, a guerra com o Imperador Afonso VII e o desastre de Badajoz. O sentido desta gesta parece-me ser mais tentativa de explicação de uma figura surpreendente do que a exaltação de um herói. Por isso, os temas fundamentais são: os excessos que ele pratica e a explicação da maldição que traz consigo, que desencadeia o desastre de Badajoz, e impede que desempenhe as suas funções de rei e continue à frente dos exércitos.

Verifica-se, por outro lado, que o centro produtor desta gesta, é o grupo dos cavaleiros de Coimbra (grupo que é protegido pelo rei e que tem a experiência de combates junto com ele). Forma com o rei uma espécie de bando de camaradas, e tem pelo que foi seu condutor uma grande simpatia. Manifesta na Gesta de Afonso Henriques a sua oposição ao clero da Catedral de Coimbra; deixa transparecer implicitamente a sua simpatia por Santa Cruz. É um grupo que tendia já a desfazer-se na época de D. Sancho I quando os cavaleiros de Coimbra são suplantados pela velha nobreza senhorial e a sua importância militar é abalada pelo afastamento da fronteira. Coimbra esteve no centro de todas as operações militares do Séc. XII, até à conquista de Lisboa, mas o afastamento da fronteira para o Tejo faz com que eles percam essa função. O grupo começa então a dispersar-se, a ser absorvido pela nobreza senhorial do Norte.

Mas a tradição acerca de D. Afonso Henriques tem outras manifestações extremamente diferentes. Uma delas transparece das anedotas contadas sobre o rei, nos livros de linhagens. Queria ler uma história exemplificativa deste facto: “... e casou outra vez D. Gonçalo de Sousa com Sancha Afonso das Astúrias. E

porque o rei, que era seu hóspede, a ia tentando seduzir tosquiou-a logo (cortou-lhe o cabelo) e pô-la numa azémola (num jumento) albardada e um escudeiro que a conduzisse, e enviou-a para as Astúrias. Expô-la ao ridículo dos moços da sua casa (desse grupo de jovens que gravitavam em torno das casas dos senhores) e por isso o rei D. Afonso, muito irritado disse a D. Gonçalo: “por muito menos do que isso, o meu avô cegou o vosso”. D. Gonçalo respondeu — “Senhor, em metade do que dizes mentes, porque o cegou com grande injustiça e morreu por isso a gram direito”.

A história não conta nenhuma resposta do rei. Pressupõe-se, por isso, que o rei se calou e engoliu a injúria que lhe foi feita pelo seu mordomo. Manifesta portanto um comportamento completamente diferente do do herói condutor das tropas contra os Mouros. Mostra que o rei não se comporta de maneira muito digna, pois tenta seduzir a dama de um dos membros do seu séquito e não é capaz de defender a sua dignidade e a sua honra. Aquilo que é aqui exaltado é a capacidade que o fidalgo D. Gonçalo de Sousa tem de enfrentar o rei, de o manter na ordem e de defender a sua própria honra. Nada transparece, aqui da “Santidade” que foi muito mais tarde, a partir do Séc. XV, atribuída ao rei. Não há aqui nada do herói: há apenas um pobre rei incapaz de responder a uma injúria.

Este é o meio da nobreza senhorial do Norte, um grupo de velhas tradições que se apresenta a si próprio como tendo poder suficiente para enfrentar a própria realeza. Entre os livros de linhagens existem outras anedotas deste tipo.

A figura de D. Afonso Henriques apareceu também nas crónicas de Santa Cruz de Coimbra. Um dos escritos mais expressivos e produzidos expressamente para exaltar a figura do rei, é os *Annales Domni Alfonsi Portugalensium regis* (uma das secções da Crónica Gothorum) em que o fundador da Nação aparece predestinado por Deus. Acumulam-se, então, todas as virtudes: fortaleza, ousadia, sabedoria, prudência, beleza física, auto confiança, respeito pela autoridade religiosa, piedade, generosidade para com os mosteiros, justiça e constância contra os inimigos.

O rei parece-se com um modelo máximo para toda a sociedade, como aquele que paira muito acima de todos os homens e que é um instrumento de Deus. É o herói de uma gesta nacional, e o chefe da Nação. O condutor de um povo. Ao mesmo tempo — e isto é muito importante e mostra bem os interesses do centro que produziu este escrito — ele reconhece a supremacia do poder espiritual. Reconhece o que deve à protecção de Deus mantendo as melhores relações com a Igreja (com o mosteiro) e submetendo-se às orientações dadas pelos Cónegos-Regentes de Santa Cruz.

Nesse texto, o rei está nos antípodas do infractor (que apenas aparece na gesta de D. Afonso Henriques), daquele que contesta o delegado papal. Está também nos antípodas do rei impotente, que figura nas anedotas dos livros de linhagens.

Santa Cruz de Coimbra é o centro precursor da historiografia oficial régia; com uma diferença apenas: aqui dá-se uma importância muito grande à supremacia espiritual, enquanto que na historiografia régia da corte, que aparece no Séc. XIV, desaparecem as referências a outro poder superior.

Existem ainda heróis satélites para exaltarem uma determinada figura. Nascem então as gestas de Egas Moniz e de Soeiro Mendes. Mas estas parecem já pressupor uma aceitação colectiva, ou pelo menos mais vasta, do herói nacional, o herói fundador, daquele que já tinha adquirido o seu lugar de topo na memória nacional.

Falta aqui a referência a um outro meio, o "meio popular". Se tivesse tempo, tentaria ver qual é o reflexo destas tradições acerca de D. Afonso Henriques o Romanceiro, que é a forma popular de adaptação às tradições transmitidas pelos meios aristocráticos. Um dos fenómenos mais característicos das relações entre estes diversos níveis culturais, é a influência que a cultura aristocrática tem sobre a dos meios inferiores e a maneira como eles se apropriam dos modelos transmitidos pela classe dominante. Os heróis populares, príncipes, fadas, cavaleiros reais, etc., são personagens procedentes de meios não populares, mas que o mundo popular aproveita, para exprimir as suas preocupações e a sua própria escala de valores. É claro que eles têm também os seus temas e protagonistas mais típicos, esses são transmitidos por outros meios culturais. Aqui interessaram-me apenas, como é óbvio, aqueles que podiam mostrar pela diferença como eram tratados nos diversos centros produtores, a divergência de atitudes face a um mesmo assunto.

La culture arabe au Portugal

Je crois que la culture arabe livresque, donc écrite, n'a pas eu tellement d'importance dans la culture portugaise au Moyen Âge, sauf dans le domaine très spécifique que j'ai mentionné, c'est-à-dire: la connaissance des sciences exactes, surtout l'astronomie et la médecine. Celles-ci avaient une fonction pratique et les médecins qui voulaient pratiquer la médecine, ou bien, tous ceux qui voulaient étudier les planètes, devaient recourir aux livres arabes. Ces livres étaient donc

traduits en latin ou langue vulgaire. Mais cela a eu une importance relativement limitée.

Il y a cependant un autre domaine dans lequel je crois que la culture musulmane a une influence beaucoup plus vaste. C'est celui de la culture matérielle, c'est-à-dire les techniques artisanales, agricoles. Il s'agit d'un domaine très peu étudié. Mais il suffit de voir que beaucoup de mots portugais qui désignent des parties des instruments de pêche et de la vie maritime, les instruments de travail agricole ainsi que des instruments techniques du travail artisanal sont d'origine arabe. Ceci montre que c'était surtout la technologie qui a été transmise par la voie musulmane. Elle a été adaptée surtout par les chrétiens dans les milieux du Sud et des villes.

Il faudrait en tout cas comparer l'influence de la technologie et de la civilisation matérielle qui vient des arabes, avec celle qui vient du Nord parce qu'il y a aussi beaucoup de mots d'origine germanique qui désignent, par exemple, des façons de cultiver les champs et des instruments qui sont appliqués dans d'autres régions.

Cela permettrait, probablement, d'étudier un domaine très mal connu, celui de l'interférence entre une civilisation d'origine nordique, des montagnes du Nord et celle transmise par les mozarabes.

Problemas pedagógicos

Uma questão importante do ponto de vista pedagógico, é saber como se poderão utilizar no ensino da história, os dados de antropologia cultural.

Nas indicações prévias, que se encontram anexas ao programa, há uma indicação que me parece fundamental. Diz que se devem aproveitar as realidades com as quais o jovem contacta, para encontrar as suas raízes históricas — o que é muito mais fácil em meio rural do que em meio urbano.

As crianças da cidade, têm menos referências deste tipo. Mas as do campo têm uma grande quantidade de pontos de partida que é possível aproveitar. As indicações dadas pelo programa podem levar não apenas a fazer a história dos monumentos com os quais se contacta (em Évora, por exemplo, fazer a história da Sé de Évora) isto é, dos vestígios físicos do passado, mas também encontrar as raízes e o sentido das tradições rurais, quer dizer, das festas, das cerimónias, das procissões. Tudo isso é por vezes uma matéria de estudo fascinante e creio portanto merecer ser estudada pelo professor que viva na província o que permite arrancá-lo à sensação de isolamento cultural em que muitas vezes se sente e que o

leva por vezes a cristalizar. Leva-o também a ultrapassar as noções estereotipadas, livrescas, da história, que não têm grande utilidade para os jovens. Pelo contrário, penso que quando se encontra alguma relação entre o que é vivido e o que se pretende ensinar, se abre um ponto fecundo de diálogo, e de abertura das noções dos jovens e das crianças.

As dificuldades com que os professores das províncias deparam, não devem nem podem ser barreira para a sua actuação. Devem ser estimulantes. Os resultados que se poderão tirar dessas investigações, são certamente mais compensadores que uma tentativa de fidelidade um pouco subserviente ao programa. Estou convencido de que os alunos trabalham mais, têm um empenhamento muito maior, e a própria necessidade que sentem de explicar o que se passa, os levará a apreender o que o programa quer transmitir; provavelmente, também aquilo que os alunos começam a aprender é assimilado com muito maior segurança do que as noções sem qualquer ligação com a experiência que eles possuem.

Obras de síntese para servir de apoio ao ensino

Uma ajuda, que eventualmente devia competir ao Ministério seria suscitar a produção de obras que permitissem a aplicação do programa em termos realistas. Estas deveriam mostrar que o programa não é fechado nem taxativo, deveriam mostrar a latitude duma aplicação, as possibilidades de flexibilidade conforme as condições em que os alunos estivessem e que sublinhassem os objectivos fundamentais, de maneira a que, com recursos e processos eventualmente diferentes, os objectivos fossem atingidos.

Se o Ministério, para além da publicação de um programa com as orientações prévias que oferece, produzisse obras que suscitassem esta maleabilidade situando claramente os objectivos fundamentais e as possibilidades práticas de os alcançar, creio seria um benefício muito grande. Permitiria as ousadias de alguns, daria orientações para os que hesitam e convidaria os que esperam sempre uma orientação para começar a trabalhar, encontrarem alguns pontos de referência.

As Universidades

Se não aludi ao problema das Universidades, foi porque em Portugal há só uma Universidade, que foi fundada tardiamente, no tempo de D. Dinis e que não me parece ter tido um impacto muito grande na vida cultural portuguesa; pelo menos um impacto cultural directo e francamente dinamizador.

No Séc. XIV havia uma grande quantidade de estudantes portugueses que iam frequentar as Universidades estrangeiras, como clérigos, mendicantes, membros de várias ordens religiosas. Conhecem-se listas de estudantes portugueses que vão a Oxford, a Paris, a Salamanca, etc.. Dá a impressão que aqueles que frequentavam a Universidade de Coimbra ou de Lisboa, eram pouco mais do que os que não possuíam recursos suficientes para estudarem no estrangeiro. Dá-me mesmo a impressão de que os formados entre nós raramente ultrapassavam ofícios subalternos.

Além disso, conhece-se muito pouco da produção que resultava directamente da Universidade portuguesa: os compêndios utilizados, os programas, o tipo de ensino. Apesar de ter sido publicada uma grande obra de documentação acerca da Universidade portuguesa, por mais que se percorram os cinco volumes desta obra não se conclui senão que os resultados da influência directa da universidade na vida cultural portuguesa, é creio eu, relativamente restrita. Todavia, como não estudei directamente este assunto, deixo aos especialistas a última palavra sobre o assunto.

Os alódios e o regime senhorial

O problema dos "alódios" é um dos pontos de desencontro entre a historiografia portuguesa e a historiografia estrangeira. A historiografia francesa fala imenso dos alódios e do seu desaparecimento através do desenvolvimento do regime feudal.

Em Portugal, não se encontravam referências expressas da terminologia Medieval a "alódios". Isto levou a que houvesse uma certa dificuldade em saber o que correspondia aos alódios franceses.

Nas inquirições diz-se constantemente, a respeito de uma propriedade: que ela pertence a herdeiros e fala-se nas prestações que eles pagam. Fiz uma análise, no concelho de Guimarães, durante um seminário da Faculdade de Letras em 1975. Verifiquei que eles pagam quase exclusivamente duas prestações: "voz" e "coima" e "fossadeira"; às vezes pagam também a "lutuosa". A interpretação destes factos parece-me clara: a voz e coima é uma prestação que permite ao que a paga reivindicar o direito de ser julgado nos tribunais regulares; a "fossadeira" exprime a obrigação que ele tem de prestar o serviço militar à autoridade pública. O facto deles não pagarem nenhuma prestação servil, significa que eram homens livres.

Quanto à "lutuosa", sabemos que é a prestação de origem senhorial, paga pela transmissão da herdade; se alguém quer herdar os bens que os ascendentes possuem ou exploram, paga uma prestação que lhe permite suceder no bem. O que acontece, pelo menos na zona de Guimarães, é que a lutuosa não é paga por todos os herdeiros, mas é-o praticamente por todos os outros dependentes. A minha interpretação deste facto é que há um processo de senhorialização expresso pela exigência de uma prestação senhorial a quem antes era livre. Quero com isto dizer que os herdeiros eram basicamente homens livres e concebidos como tal até meados do Séc. XIII. No momento em que as Inquirições de Afonso III se dão em 1258, há uma contaminação da autoridade régia por concepções senhoriais: o rei deixa de representar para os herdeiros, homens livres, a autoridade pública, para passar a representar o senhor. O que significa que ele começa a exigir não só aos homens livres, as prestações de "fossadeira" e "voz" e "coima", mas também prestações pagas por indivíduos sujeitos ao poder senhorial. Isto revela-se também nas Igrejas: os inquiridores perguntam constantemente — "de quem é a Igreja?" e os inquiridores dizem: é de herdeiros; os inquiridores traduzem: "então quer dizer que é do rei!". Estão a ver a diferença de concepções que opõe os herdeiros aos inquiridores.

Verifica-se, portanto, a contaminação da concepção da administração régia pelas concepções senhoriais. A meu ver, isto significa que os alódios, isto é, as propriedades dos herdeiros, que, como propriedades de homens livres não estão sujeitos a qualquer encargo, se mantêm (pelo menos dentro da propriedade régia) até meados do Séc. XIII, mas vão progressivamente desaparecendo, porque os seus proprietários passam a ser considerados em pé de igualdade com os outros habitantes da senhoria.

Nas propriedades senhoriais propriamente ditas (aquelas que não dependem do rei), o processo deve ser mais precoce.

Os começos da economia de produção em Portugal

Parece-me que as dimensões das actividades comerciais e de produção são pequenas entre nós, principalmente quando se comparam com as da Flandres, da Itália, da Inglaterra, etc.. Aí há centros urbanos com actividades produtivas muito intensas, com um comércio internacional bem estruturado e que põe em jogo grandes investimentos ou grande quantidade de moeda.

Entre nós, por mais que se procurem semelhantes vestígios, só encontramos estes fenómenos em dimensões reduzidas. Começam a aparecer vestígios de uma

certa amplidão comercial na segunda metade do Séc. XIV; até lá os mercadores são mais aventureiros do que os chefes de empresa: continuam a tradição dos mercadores da Alta Idade Média, isto é, transacionam sobretudo objectos de luxo ou produtos exóticos, ou dirigem transferências lucrativas mas sem continuidade nem espírito sistemático.

Em segundo lugar, penso que os problemas demográficos aparecem no momento em que esse desenvolvimento comercial não estava ainda suficientemente desenvolvido para que deixasse de ser afectado. O desenvolvimento económico, é portanto afectado pela peste e pelos problemas demográficos do Séc. XIV, verifica-se, por exemplo, uma grande mobilidade de mão de obra, o que a torna dificilmente controlável, o que prejudica os empregadores. Sendo assim, as perturbações do Séc. XIV prestam-se, principalmene à especulação. As desvalorizações monetárias permitem àqueles que sabem aproveitar-se delas, ganhos muito consideráveis e fazer operações financeiras altamente lucrativas, mas isso não significa que invistam em actividades produtivas. Encontram-se, portanto, condições que permitem a prosperidade da alta finança judaica entre nós e também especulações de tipo comercial, como vendas muito lucrativas de panos vindos da Flandres, etc.. Como disse, parecem actividades económicas com raízes pouco profundas.

Existe o problema da influência do meio urbano sobre os meios rurais. Na Idade Média, penso que a influência da economia urbana sobre o meio rural se dá particularment em dois vectores: 1. o abastecimento das cidades em produtos agrícolas, pois a concentração populacional leva a que seja necessário intensificar o abastecimento, o que implica que tenham de se desenvolver as estruturas que permitem trazer os produtos do campo para as cidades; 2. a produção da lã.

Enquanto que em Castela se desenvolve a produção da lã (há grandes rebanhos que pastavam na fronteira Alentejana, em Elvas ou Olivença), parece que em Portugal essa produção nunca atingiu quantidades maiores do que para abastecer as necessidades internas. Não era suficiente para exportar. De resto havia uma concorrência muito grande por parte da lã castelhana, dos panos de luxo flamengos e ingleses. A aristocracia adquiria o hábito de vestir panos estrangeiros (os que aparecem, por exemplo, na pragmática de 1340). Só eles sublinhavam o seu estatuto social. Vestir panos portugueses devia ser indício de inferioridade social. Parece, portanto, que o mercado de lã era restrito e não permitia um desenvolvimento económico em grande escala.

Quanto ao abastecimento das cidades, verificamos que só Lisboa atinge grandes dimensões. Lisboa poderia ter à volta de 40 ou 50 mil habitantes no Séc. XIV. Era, portanto, uma cidade muito importante para esta época. Isso

devia causar graves problemas de abastecimento. Creio ser esta circunstância que explica o aparecimento de uma grande quantidade de centros urbanos satélites em volta de Lisboa: Torres Vedras, Alenquer, Torres Novas, Estremoz, Santarém, Palmela, Setúbal, Almada, Alcácer, etc.. Mas se formos ver o panorama urbano do resto do País, encontramos cidades de pequenas dimensões que podem ser abastecidas pelos circuitos rurais, sem necessidade de organizar estruturas de abastecimento e transporte muito importantes.

Existia ainda o comércio internacional. Ora neste caso dá-se um fenómeno curioso — o comércio internacional está a 50% na mão dos estrangeiros: Venezianos, Genoveses, Catalães, Maiorquinos, etc.. — Eles estabelecem as suas colónias em Lisboa e dominam o comércio Mediterrâneo.

Os comerciantes do Atlântico (com a Inglaterra e a Flandres) parecem ser sobretudo portugueses. Mas qual o volume global deste comércio? Dir-se-ia que no momento em que se torna realmente considerável passa a ser feito também por estrangeiros: daí o estabelecimento de uma colónia inglesa no reinado de D. Fernando.

São problemas acerca dos quais é difícil ter uma ideia concreta neste momento; espero que os estudos que o Prof. Oliveira Marques actualmente faz sobre a cidade de Lisboa possam esclarecer estas questões.

* * *

OS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES

A Invenção do Mundo e a sua Representação

Vamos ocuparmo-nos principalmente dos “descobrimientos dos mares”, (foi fundamentalmente isso que os Portugueses fizeram), e em consequência dos “descobrimientos das costas”.

Para compreender a revolução de conhecimentos que provocam os descobrimientos dos portugueses, deve atender-se a que nos começos do século XIII a ocupação do planeta pelo homem é incompleta e descontínua. Este facto tem sido posto em relevo nos últimos anos, sobretudo pelo Prof. Pierre Chaunu que defende a ideia de que o grande interesse dos Descobrimientos levados a cabo pelos Portugueses, ou melhor, pelos povos ibéricos foi ter provocado o que ele chama o “desencravamento” das várias humanidades que estavam antes isoladas entre si.

Na realidade, no começo do século XIII, a ocupação pelo homem do planeta era incompleta e descontínua; havia alguns núcleos de forte densidade separados por imensos vazios totalmente desconhecidos do homem ou, nalguns casos, escassamente percorridos por povos nómadas (sobretudo no Continente Africano e no Continente Asiático).

O grande papel dos povos ibéricos foi terem iniciado e levado a cabo um movimento que levou ao estabelecimento de contactos (desde então permanentes) entre as várias humanidades, que estavam isoladas entre si. As origens destes contactos, descobertos devido essencialmente aos povos ibéricos, são complexas (seria muito longo apresentá-las e ainda mais discuti-las) e como tal, não me ocuparei delas; apenas quero pôr em relevo que esse movimento novo, que levou ao desencravamento das humanidades, teve origem no campo Sudoeste da Península Ibérica, fundamentalmente devido a um pequeno grupo de população, que estava principalmente na orla costeira, entre Lisboa e Algarve — isto no caso de Portugal; em Espanha essa população encontrava-se na zona confinante do Algarve (na Andaluzia Ocidental).

Foi fundamentalmente a partir destas zonas que se desenvolveram os desco-